



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
COMITÊ GESTOR DE SAÚDE

A-2

ATA DE REUNIÃO 2ª Reunião Ordinária/2018 Comitê Gestor de Saúde

1. Identificação da Reunião

Data: 13/06/2018

Horário de início: 10h

Local: Sala do Convívium, 2º andar, Palácio da Justiça, Recife/PE.

Nesta Capital, onde se fizeram presentes o Des. Evandro Sérgio Netto de Magalhães Melo, Presidente do Comitê Gestor de Saúde, Dr. Silvio Romero Beltrão, Suplente do Comitê gestor de Saúde; Dra. Cristiane Marcela Couto Pessoa Gayão, Advogada da União; Dr. Juiz Rodrigo Vasconcelos Coelho Araújo, Juiz do Tribunal Regional Federal da 5º Região; Dr. Hugo Souza, Representante do PROCON; Dr. José André Machado Barbosa Pinto, Juiz de Direito Titular da 1ª Vara da Fazenda Pública da Capital; Dr. Vinícius de Negreiros Calado, Representante da Ordem dos Advogados do Brasil Seccional Pernambuco; Dra. Catarina de Sá Guimarães Ribeiro, Procuradora do Estado; Dra. Helena Capela Gomes Carneiro Lima, Promotora do Ministério Público Estadual; Dr. Hildo Azevedo Filho, Membro da Academia Pernambucana Brasileira, Sabrina Thais dos Santos Silva, Representante Jurídica da Secretaria Municipal de Saúde, Jeovana Carmem Colaço Drummond, Defensora Pública do Estado, Dr. Diego Medeiros Guedes, Representante do Conselho Federal de Farmácia.

Iniciada a reunião dia 13/06/18 às 10:13h, na sala do convívium do Palácio da Justiça, o Des. Evandro Sérgio Netto de Magalhães, iniciou a reunião lendo a Ata da 1ª reunião realizada pelo comitê gestor de saúde do dia 09/05/18, com a apresentação dos participantes e dando ênfase aos nomes dos futuros integrantes do comitê e da importância dos membros do CREMEPE e da Academia Pernambucana de Medicina.

Dr. Vinicius ressaltou a importância de ser tratada as questões no âmbito de saúde suplementar. Dra. Helena salientou a importância da parte suplementar (privada), mas que o objetivo do comitê seria o SUS. O des. Evandro enfatizou que a recomendação 43 do CNJ, também trata da judicialização da saúde, priorizando o SUS, mas não descartando a rede privada. Ainda abordou a questão da importância da Conciliação prévia, para uma minimização judicial, passando a palavra para Dr. Hildo Azevedo, que ressaltou a importância da Medicina Preventiva, do alto custo da Medicina e da importância do controle desses custos, evitando gastos desnecessários. Des. Evandro em seguida passou a palavra para Dr. Silvio Romero, que falou sobre a importância do tema, deixando a estrutura da Presidência a disposição do Comitê. Em seguida Dra. Helena enfatizou que as ações coletivas atingem um número maior de pessoas, devendo existir um olhar diferenciado. Dr. Rodrigo ressaltou a importância da fusão da Justiça Estadual e Federal e do diálogo com participantes da área médica, para que se faça uso dos recursos públicos com eficiência. Des. Evandro sugeriu a elaboração de um evento, com temáticas médicas, visto que é a parte que antecede todo problema, mas que se traga a participação jurídica para dentro dele, fazendo assim um intercâmbio. Dr. Vinícius sugeriu a viabilização de uma Câmara de Conciliação Prévia, para se ter uma solução sem Judicialização, com parceria do Estado e Município. Dra Catarina sugeriu a realização de um

piloto nos Juizados, visto que tem ações de menos complexidade. Dra. Cristiane explanou sobre a importância Técnica do NAT-JUS. Des. Evandro falou sobre o fortalecimento do NAT-JUS, e em relação ao aplicativo UpToDate, para que o tribunal faça a aquisição. Dr. Diego salientou que quem faz a propaganda dos medicamentos é o próprio fabricante, sendo assim 40% dos custos em um medicamento, estão voltados para propaganda.

Dra. Helena ressaltou o esforço de Mozart com o secretário de saúde, que disponibilizou uma pessoa para o NAT-JUS, visto que o quadro da secretaria já é reduzido. E sugeriu que o Poder Judiciário também participasse no envio de integrantes, Médico ou Farmacêutico para o NAT-JUS. O des. Evandro informou que já existe uma Médica Mirelle, no quadro do NAT-JUS. Dr. Rodrigo informou que na Justiça Federal não existe médico para tratamento, apenas para analisar perícias (interno). E ressaltou a importância da Cartilha para efetividade das decisões, traçando cronograma e formando um subgrupo para essas atribuições. Em seguida Des. Evandro sugeriu tratar pontualmente o assunto.

Dra. Cristiane sugeriu palestras, visto que com maior conhecimento diminui o número de demandas e posteriormente seria feita a parte da execução. Dr. Silvio falou a respeito de um Projeto que está elaborando, para que os magistrados se especializem, através de um curso (Palestras e estudos de caso), no julgamento das demandas da saúde pública, tal curso entraria como hora aula para progressão e remoção dos juízes, ficando de entregá-lo completo na próxima reunião. Dr. Hildo sugeriu alguns temas para os cursos. Em seguida, Dra. Cristiane sugeriu pequenos simpósios, direcionados a um público alvo. Dra. Cristiane sugeriu a criação de Subgrupos para Execuções, juízes, entre outros, ficando cada grupo responsável em apresentar na próxima reunião o que conseguiu avançar. Dr. Diego ressaltou que muitas vezes o pedido do advogado, solicitando urgência, muitas vezes não condiz com a realidade.

Em seguida, o Des. Evandro falou sobre a necessidade de formalização de um estatuto próprio do comitê e também a necessidade da criação de um site. Finalizando, o comitê foi dividido em grupos para uma melhor efetividade das demandas.

2. Deliberações

1. Trazer para próxima reunião Modelos/Exemplos de Projetos de que se tenha conhecimento, para se verificar pontos em comum, discutir e elaborar um modelo próprio;
2. Dr. Rodrigo, Dra. Cristiane e Dra. Helena, formarão o grupo responsável pela Efetividade das decisões judiciais;
3. Dra. Catarina, Dr. Silvio, Dr. André, Dr. Vinicius, Dr. Hugo Souza, Dra. Daniele formarão o grupo responsável pela judicialização.
4. Des. Evandro, Presidente do CREMEPE e Dr. Hildo Azevedo formarão o grupo responsável pelo Atendimento Médico.
5. Convidar o Coordenador da CEJUSC para discutir as questões relativas a mediação prévia das ações individuais e coletivas de saúde.



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
COMITÊ GESTOR DE SAÚDE

3. Participantes

Des. Evandro Sérgio Netto de Magalhães Melo
Presidente do Comitê Gestor de Saúde

Dr. Silvio Romero Beltrão
Juiz de Direito-Assessor Especial da Presidência

Dra. Cristiane Marcela Couto Pessoa Gayão
Advogada da União

Dr. Juiz Rodrigo Vasconcelos Coelho de Araújo
Juiz do Tribunal Regional Federal da 5ª Região

PROCON

Dr. José André Machado Barbosa Pinto
Juiz de Direito Titular da 1ª Vara da Fazenda Pública da Capital

Dr. Vinícius de Negreiros Calado,
Representante da Ordem dos Advogados do Brasil Seccional Pernambuco

Dra. Catarina de Sá Guimarães Ribeiro
Procuradora do Estado



A-5

PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
COMITÊ GESTOR DE SAÚDE

Dra. Helena Capela Gomes Carneiro Lima
Promotora do Ministério Público Estadual


Dr. Hildo Azevedo Filho
Membro da Academia Pernambucana Brasileira

Sabrina Thais dos Santos Silva

Representante Jurídica da Secretaria Municipal de Saúde

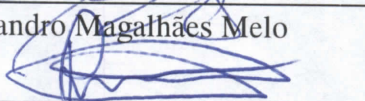
Jeovana Carmem Colaço Drummond
Defensora Pública do Estado

Dr. Diego Medeiros Guedes
Representante do Conselho Federal de Farmácia

Nada mais sendo tratado, foi encerrada a presente reunião com assinatura dos presentes. Recife, 13 de Junho de 2018. Eu,  Cristiane Silva, Assessora Especial da Presidência (matrícula 182.210-1), digitei e assino a presente ata.

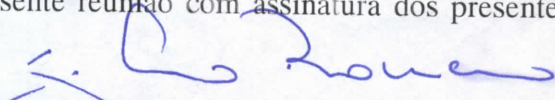
Ata da Reunião do Comitê Estadual de Saúde, realizada em nove de maio de dois mil e dezoito, às dez horas, na Sala Convívium, no Tribunal de Justiça de Pernambuco, nesta capital, onde se fizeram presentes o Des. Evandro Sérgio Netto de Magalhães Melo – Coordenador -, o Juiz Dr. Sílvio Romero Beltrão, o Juiz Dr. Rodrigo Vasconcelos Coelho Araújo, a Juíza Dra. Daniela Zarzar Pereira Melo Queiroz, Dra. Cristiane Couto, Dr. Vinícius de Negreiros Calado, Dra. Catarina de Sá Guimarães Ribeiro, Dra. Fabiana Toledo. Iniciados os trabalhos, o Des. Evandro fez sua apresentação e apresentou o Dr. Sílvio Romero como novos dirigentes do Comitê, segundo designação do Presidente do Tribunal de Justiça Des. Adalberto Melo. Após, passou a todos a necessidade de regularizar alguns registros do comitê, tais como: formação e organização das atas do comitê com os registros e as assinaturas; atualização das representações do comitê, providenciando-se encaminhamento para designações necessárias; regulamentação do comitê e do NatJus - Núcleo de Apoio Técnico do Judiciário. Ainda pelo presidente foi dito da importância do comitê em atuar planejando ações nos aspectos de prevenção dos ajuizamentos, de solução de conflitos já ajuizados, e de efetivação das decisões, atuando em todas as etapas que visem a minimização da judicialização da saúde. A juíza Daniela explanou da importância da conciliação na solução de casos para que seja levada em consideração no planejamento da solução de casos. O juiz Rodrigo levantou a urgência em uniformizar a efetivação das decisões judiciais, tais como as medidas de bloqueio de valores onde alguns são melhor efetivados em relação a outros. Em face da urgência, o juiz Rodrigo ficou incumbido de idealizar ação nesse sentido. Dra. Fabiana Toledo ressaltou que o Nats passou a ser denominado de NatJus, e pediu que fosse analisada a possibilidade de inclusão de representante do núcleo no comitê. Dr. Vinicius ressaltou a importância de ser tratada as questões no âmbito de saúde suplementar. Nada mais sendo tratado, foi encerrada a presente reunião com assinatura dos presentes. Recife, 9 de maio de 2018.

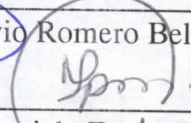

 Des. Evandro Magalhães Melo

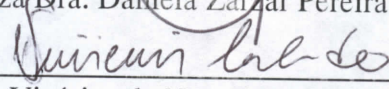

 Juiz Dr. Rodrigo Vasconcelos Araújo


 Dra. Cristiane Couto

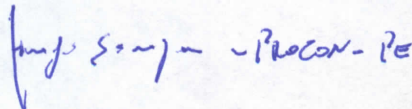

 Dra. Catarina de Sá Guimarães Ribeiro


 Juiz Dr. Sílvio Romero Beltrão


 Juíza Dra. Daniela Zarzar Pereira Queiroz


 Dr. Vinícius de Negreiros Calado


 Dra. Fabiana Toledo


 Juiz Dr. Sílvio Romero Beltrão